PRESENÇA PÚBLICA DO VOLUNTARIADO

PARA UMA RECONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS PARTICIPATIVOS

SEBASTIÁN MORA ROSADO

CADERNO
VOLUNTARIADO

07

DESAFIO TRANSFORMADOR

banco de voluntariado
FUNDAÇÃO EUGÉNIO DE ALMEIDA

PRESENÇA PÚBLICA DO VOLUNTARIADO

PARA UMA RECONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS PARTICIPATIVOS

SEBASTIÁN MORA ROSADO

Cáritas Espanhola

CADERNO
VOLUNTARIADO
07
DESAFIO TRANSFORMADOR

APRESENTAÇÃO

A Fundação Eugénio de Almeida acredita no Voluntariado enquanto valor e prática exemplar de uma cidadania ativa, livre, responsável e solidária.

O Voluntariado é o resultado de uma opção pessoal de mudar a realidade social a partir do encontro com o outro. Nessa medida, a ação voluntária não se restringe ao campo social – onde a sua presença continua a ser indispensável –, mas alarga-se também à cultura, ao ambiente, à educação, à justiça, e a todas as outras dimensões da vivência humana.

Por outro lado, o Voluntariado é também uma escolha individual de desenvolvimento pessoal através da abertura a novas experiências e aprendizagens.

O Voluntariado tem vindo a assumir novas formas para responder às questões que continuamente emergem do tecido social, económico e político, de que são exemplo o voluntariado empresarial, o voluntariado de competências ou o voluntariado de proximidade.

E no entanto, os valores identitários do Voluntariado permanecem imutáveis, quaisquer que sejam as circunstâncias de tempo ou lugar. Falamos da solidariedade, da generosidade, da partilha, do compromisso responsável, da ação construtiva, da gratuitidade, do espírito de serviço.

A convergência da ética e da *praxis* do Voluntariado com a cultura institucional e a missão da Fundação Eugénio de Almeida fez com que esta o escolhesse como uma das suas áreas preferenciais de trabalho. É assim que, desde 2001, a Fundação desenvolve um projeto com vista à valorização e qualificação do Voluntariado e à criação de condições para o seu exercício efetivo.

Trata-se de um projeto amplo, transversal e continuado, orientado pela investigação-ação e para o desenvolvimento de novos modelos de atuação, com uma forte aposta na formação de voluntários e quadros das organizações.

Neste contexto, o voluntário é, ele próprio, o centro e o objeto de uma linha de ação integrada que passa pela motivação, pela formação geral e especializada, pelo enquadramento e acompanhamento no terreno, em suma, pela oferta de um itinerário formativo que permita ao voluntário crescer como pessoa e servir a comunidade.

O caráter diferenciador deste projeto da Fundação assenta na produção e sistematização de conhecimento enquanto fator estruturante da qualificação da ação voluntária. Destaca-se, como marco desta estratégia, a *Officebox do Voluntariado*, que disponibiliza uma metodologia e um conjunto de instrumentos operativos pioneiros em Portugal na gestão e animação de Voluntariado de Proximidade.

O Banco de Voluntariado da Fundação Eugénio de Almeida tem sido outro instrumento importante na implementação do projeto, funcionando como mediador ativo entre voluntários e organizações, e animando uma rede onde a informação, o conhecimento e as oportunidades criam sinergias com impactos positivos na comunidade.

Paralelamente, a Fundação tem desenvolvido um conjunto de projetos de voluntariado em parceria com diversas instituições públicas e privadas.

O âmbito destas parcerias alarga-se também a outros níveis de colaboração aquém e além-fronteiras, disso mesmo dando bom exemplo a presente publicação.

Face à escassez de publicações sobre o Voluntariado em Portugal, quer do ponto de vista concetual quer do ponto de vista prático, a Fundação considerou imperativo disponibilizar informação sistematizada sobre este tema.

Nesse sentido, e com o apoio da Plataforma do Voluntariado de Espanha, apresenta um conjunto de cadernos selecionados a partir da coleção *A Fuego Lento*, da autoria de reputados especialistas espanhóis e editada por aquela Plataforma.

Estes cadernos, agora traduzidos e adaptados para Português, abordam um leque diversificado de temas e vão conhecer uma divulgação alargada, a partir da região de Évora para todo o país. A Fundação espera assim dar mais um contributo para a formação e qualificação dos diversos agentes envolvidos na prática do Voluntariado.

Estar na vanguarda da promoção de um Voluntariado qualificado é, para a Fundação Eugénio de Almeida, uma opção estratégica movida por uma forte convicção institucional: a de que só um Voluntariado qualificado pode tornar um compromisso individual num movimento coletivo com verdadeiro poder de transformação social.

COLEÇÃO «A FUEGO LENTO»

PARTINDO das diferentes entidades e plataformas nacionais* de voluntariado, temos vindo a refletir em fóruns, Escolas de outono e comissões de formação acerca da necessária atualização das nossas entidades sobre tudo o que tenha a ver com a formação de voluntários. A partir da nossa experiência e do diálogo em curso, vamos descobrindo a necessidade de nos ajustarmos a novas e imaginativas formas de conceber e pôr em prática este trabalho de formação. A nossa inquietação prende-se com a urgência em apostar nos processos educativos de longo alcance, que vão além da formação entendida como a mera transmissão de conteúdos ou de capacidades com vista a «preparar» os voluntários. Estamos convencidos de que os processos sob a forma de itinerário educativo respondem de uma forma mais integrada às necessidades tanto do voluntariado atual como da própria ação voluntária. Quando falamos de itinerário, não nos limitamos a um método de trabalho formativo, mas referimo-nos a uma vasta constelação de preocupações e ocupações quotidianas relativas a:

_ Questões relacionadas com os processos de formação dos voluntários;

_ Questões relacionadas com a ação voluntária;

_ Questões relacionadas com a organização do voluntariado;

_ Questões relacionadas com a criação de redes com terceiros.

*Nota do Editor: Referência às plataformas espanholas de voluntariado.

Gostaríamos de dar resposta a todas estas inquietações nestes cadernos, sabendo que os estilos educativos marcam e modelam as formas organizativas, os modelos de atuação e os tipos de coordenação com terceiros. Tudo isto requer grandes doses de paciência, flexibilidade e sentido de tempo educativo: um tempo que é *contracultural,* porque aposta necessariamente no *fogo lento,* e não no micro-ondas dos cursos e *workshops* caracterizados pela pressa ou pela eficácia. Daí surge o título da nossa coleção *A Fuego Lento*, expressão de um compromisso educativo conjunto a longo prazo.

Nesta coleção pretendemos responder a três tipos de desafios com que nos deparamos atualmente.

1_ *Desafios educativos*, dado tratar-se de processos educativos que vão além dos espaços e tempos formativos tradicionais e que requerem visões do mundo e concretizações que devem conter uma clara perspetiva educativa.

2_ *Desafios organizativos*, dado que uma determinada forma de centrar os processos educativos no voluntariado constitui um modo concreto de entender a organização sociovoluntária, na qual todos somos afetados pelas linhas de atuação destes itinerários educativos, onde não só falamos de voluntários, mas também de animadores de voluntariado, de redes de animadores, de referências de grupo, etc.

3_ *Desafios transformadores,* dado que o voluntariado não é um gestor social, mas sim um transformador do ambiente que nos rodeia e um agente dinamizador que trabalha para obter condições de vida dignas para os mais desfavorecidos.

COLEÇÃO *A FUEGO LENTO*		
	TÍTULO	**AUTOR**
DESAFIO EDUCATIVO	1_ Os itinerários educativos do voluntariado	Luis Aranguren
	2_ Acompanhamento na ação. A figura do animador ou animadora de voluntariado	Jully Rodríguez
	3_ Motivação da pessoa voluntária	Miguel Ángel Díaz
DESAFIO ORGANIZATIVO	4_ A referência de grupo do voluntariado	José Luis Pérez Álvarez
	5_ A participação do voluntariado no desenvolvimento da comunidade local	Alejandro Romero
	6_ Coordenação e ação voluntária	Enrique Arnanz Villalta
DESAFIO TRANSFORMADOR	**7_ Presença pública do voluntariado**	**Sebastián Mora Rosado**
	8_ Sociedade da informação e voluntariado	Carmen Laviña
	9_ Metodologias de análise da realidade global e local	Fernando de La Riva

A estrutura de cada um dos 9 cadernos da coleção é praticamente idêntica, consistindo em quatro secções diferentes:

A. Conteúdo teórico do tema

B. Propostas didáticas

C. Vocabulário básico

D. Bibliografia comentada

Os cadernos *A Fuego Lento* foram concebidos para serem trabalhados, mais do que lidos, para serem discutidos em grupo, mais do que «engolidos» individualmente, e para potenciarem, em última instância, o crescimento pessoal e coletivo do voluntariado e o reforço da qualidade da ação voluntária das nossas entidades e plataformas.

Luis A. Aranguren Gonzalo

Coordenador da Coleção *A Fuego Lento,* da Plataforma do Voluntariado de Espanha

ÍNDICE

15 **I. CONTEÚDO TEÓRICO**

17 1. Introdução

18 2. Público e privado: As linguagens do voluntariado

22 3. As preversões do público

22 3.1. O público e a presença publicitária

23 3.2. Redução do público ao nível administrativo

24 3.3. O público como espaço terapêutico: A reunião de solitários

25 4. O público e o político: Recuperar a ação

25 4.1. Uma aproximação concetual

27 4.2. O público espaço da pluralidade

28 5. O público e a política

29 5.1. O horizonte do político

32 6. Esferas de participação: Da governabilidade à governança

37 7. As organizações de voluntariado como expressão de cidadania política

39 **II. CONTEÚDO PRÁTICO**

41 1. Um olhar sobre nós mesmos

42 2. Um olhar sobre o público

42 3. Os nossos itinerários de ação?

45 **III. UM VOCABULÁRIO PARA NOS ENTENDERMOS MELHOR**

49 **IV. BIBLIOGRAFIA COMENTADA**

Para Begoña, Manuel e María

I.
CONTEÚDO TEÓRICO

1_ INTRODUÇÃO

HÁ POUCOS dias, tive uma conversa muito enriquecedora com uma voluntária que há muitos anos se dedica de corpo e alma ao trabalho com toxicodependentes. Durante este longo diálogo, partilhámos as nossas experiências de ação, desejos e frustrações, num contexto de profunda sintonia. A determinado momento, comecei a dissertar sobre a presença pública e política que deveria existir em relação às toxicodependências e, curiosamente, a harmonia até aí existente desapareceu para dar lugar a um forte desencontro de ideias.

Dias mais tarde, passei por uma experiência muito idêntica com um grupo de jovens que trabalhavam em programas educativos contra o absentismo escolar. Ao mesmo tempo, muitas eram as críticas às ONG pela sua participação nos chamados movimentos antiglobalização. Estas experiências são uma constante na nossa vida quotidiana. A opinião pública valoriza a intervenção das organizações de voluntariado nos domínios da exclusão e do abandono. É considerada uma nova forma de gestão dos serviços de proximidade e ajuda. No entanto, desvaloriza-se ou critica-se a presença pública e política destas organizações nos diversos cenários de ação[1].

O mundo do voluntariado enquanto uma das energias sociais do século XXI partilha, com o resto dos intervenientes sociais, o olhar negativo e ambivalente sobre a sua participação e presença no âmbito público. É prática comum nas análises sociais de diferentes naturezas e ideologias afirmar veementemente o desaparecimento do âmbito público. Nas nossas sociedades altamente complexas, globalizadas, fragmentadas e plurais, o espaço público encontra-se desabitado.

Por conseguinte, ao afirmarmos que o voluntariado carece de presença pública, não fazemos mais do que particularizar um aspeto fundamental do nosso tempo. O público, com toda a complexidade inerente ao termo, é um sinal debilitado do nosso pilar ético, moral e religioso. O voluntariado fruto do nosso tempo partilha o mesmo declínio com o âmbito público. Não obstante, pelo menos de acordo com a minha teoria, o voluntariado está a procurar, juntamente com outros intervenientes sociais, regenerar e reconstruir cenários de participação pública e política.

Não pretendo, com as seguintes reflexões, apresentar um manual de utilização para a promoção da presença pública do voluntariado. Gostaria que funcionassem como sugestões que nos façam refletir sobre o papel das nossas organizações de voluntariado enquanto grupos, plataformas, associações ou qualquer outro tipo de união

(1) No que respeita a esta diferença de valorização, consultar: Revilla, M., *Zona peatonal. Las ONG como mecanismo de participación política.* Em Revilla, M. *Las ONG y la política.* Istmo, 2002.

de facto ou de direito. Por outro lado, deverão aprofundar a dimensão pública da pessoa enquanto voluntária de uma organização específica. Em último lugar, farão referência a essa pessoa concreta que é voluntária numa organização, mas partindo da sua participação enquanto cidadã de uma comunidade política. É tão importante ter organizações que convivam e habitem na esfera pública, como ter voluntários que façam ouvir a sua voz na «ágora». Mas talvez seja ainda mais importante ter pessoas que, enquanto cidadãs, tocadas pela experiência da gratuitidade, saibam coabitar em diferentes lugares, em diferentes associações e em diferentes espaços públicos. Daí a minha afirmação, com maior significado, de que o importante é *educar cidadãos e não formar voluntários* (desde já reconhecendo o tom provocatório e sabendo que não são, nem podem ser, situações incompatíveis).

2_ PÚBLICO E PRIVADO: AS LINGUAGENS DO VOLUNTARIADO

PODERIA escrever-se a história do Ocidente com base nas flutuações, mudanças e níveis de importância que se foram atribuindo a ambos os conceitos. Nos dias de hoje, é muito comum falar-se do domínio do íntimo sobre o público, da gestão privada sobre a pública, dos incentivos privados sobre o bem público ou comum.

O voluntariado não é alheio a estas tendências que pairam sobre as circunstâncias sociais e políticas. Por conseguinte, antes de aprofundarmos a caracterização da presença pública, faremos uma breve análise do voluntariado em relação a estas esferas que nos permitirá partir da realidade atual. Esta análise irá basear-se em três visões complementares sem qualquer pretensão de exaustividade. Começaremos pela caracterização da dicotomia existente nas motivações dos voluntários, passando pelo modelo de gestão das organizações e terminando com uma visão assente no horizonte ético onde nos encontramos. Este percurso pretende ter um caráter mais pedagógico do que sociológico, procurando indicar e sugerir em vez de analisar em profundidade.

a. As motivações dos voluntários

Sentir-se bem, realizar-se, resolver algum problema pessoal e fazer amizades incluem-se entre um sem fim de motivos mais ou menos conscientes que movem grande parte dos voluntários atuais. O domínio do íntimo mostra a sua força nos processos de integração dos voluntários.

Hoje em dia, o voluntariado mantém uma linguagem de fundamentação individualista. Como refere H. Béjar no seu mais recente trabalho, a linguagem primária do voluntariado e dos voluntários é individualista nas suas duas vertentes de individualismo expressivo e individualismo utilitarista. «... *a chamada linguagem primária, dominante e hegemónica do individualismo, que alimenta e procura absorver as razões da ajuda... a linguagem primária desdobra-se em duas versões que respondem a diferentes tradições, o individualismo utilitário e o individualismo expressivo... Enquanto a autossuficiência é o principal valor do individualismo utilitário, a autorrealização é o eixo do individualismo expressivo.*»[2]

b. As organizações de voluntariado enquanto setor privado

As organizações de voluntariado não se enquadram nas classificações habitualmente utilizadas. Por um lado, e reconhecendo o seu valor, pretendem ser organizações de gestão privada sem intervenção do setor público--administrativo. Daí a designação, tão bem aceite, de ONG (organizações não governamentais). Contudo, não procuram o benefício próprio, mas sim o da sociedade, mais concretamente, o das coletividades, grupos e pessoas que habitam os lados obscuros do bem-estar. Trata-se de organizações que, de acordo com Donati, teríamos de classificar como de caráter privado social ou privado-público. Esta característica será aprofundada mais adiante.

O facto de as organizações serem privadas não significa que tenham de funcionar com estratégias, metodologias e hierarquias empresariais. Ao contrário do que é habitual pensar nos dias de hoje, convém lembrar que a empresa não é, nunca foi nem nunca será, o único modelo de organização privada. Nem todas as organizações privadas têm que funcionar como empresas. Do mesmo modo, não seria desejável que uma empresa funcionasse como uma Confraria da Semana Santa.

É, sem dúvida, imprescindível analisar os modos de organização e produção do setor empresarial, sabendo e reconhecendo o que podemos aprender e exportar. Por outro lado, devemos esclarecer as nossas capacidades próprias e específicas em termos de intervenção e organização.

c. Partindo do horizonte ético

Conforme a prevalência dada a algum dos termos da dicotomia em relação ao outro, chegaremos a uma diferente cosmovisão ética do voluntariado. Se forem privilegiados os valores privados em relação aos públicos, a fotografia

(2) Béjar H. *El mal samaritano. El altruismo en tiempos de escepticismo.* Anagrama, 2001, pág. 18-20.

concreta do voluntariado será diferente do que no caso inverso. A temática será abordada de forma diferente conforme entendamos a vida pública como uma extensão ou continuidade da vida privada, ou, pelo contrário, como uma descontinuidade. De seguida, apresentamos um quadro, uma classificação de caráter mais pedagógico do que uma formulação profunda da realidade e que nos permite situar-nos enquanto pessoas e organizações.

	MORAL PRIVADA	MORAL PÚBLICA
LIBERAL	É assunto de cada um, desde que não interfira com os direitos dos outros. «Faço com a minha vida privada aquilo que eu quiser».	O mais importante são os acordos a que chegamos para vivermos em conjunto. Há que distinguir entre uso público da razão e o seu uso privado. Estabelece, através de diversas terminologias, a distinção entre máximos e mínimos.
CONSERVADORA	É o mais importante na vida. A virtude nos hábitos privados estender-se-á à esfera pública. Não existe descontinuidade entre o privado e o público.	A moral pública é um subproduto da privada. Diz-me que moral privada tens, dir-te-ei que moral pública praticas.
COLETIVISTA	A moral privada é um subproduto da pública. Diz-me em que sociedade vives, dir-te-ei que moral tens. O mundo privado esconde-se por trás do público.	Para se ser bom, há que ser cidadão de um país com boas leis (como diria Hegel). O mundo social objetivo prevalece sobre o individual subjetivo.
PÓS-MODERNA	Não existe moral privada para além do individualismo sensitivo e expressivo. Diz-me como te sentes, dir-te-ei que moral tens. Corresponde à ditadura do íntimo.	O mundo público é um cúmulo de interesses contrapostos que terá valor na medida em que satisfaça os meus desejos. Caso contrário, rejeitado ou diabolizado.
INTEGRADA	Tem uma conceção dialética. O privado influencia o público e vice-versa. Apresenta contornos difusos e interligados.	Consegue abranger o subjetivo e o social. As políticas da vida com as políticas de emancipação.

A partir deste quadro, são várias as combinações possíveis, das quais podemos obter aproximações à realidade mais flexíveis e reais do que conseguiríamos com um esquema. O importante é reconhecer que existem diversas configurações na inter-relação público-privado e que nem todas as organizações têm de estar situadas ao mesmo nível, aceitando a pluralidade[3]. Podem existir organizações que defendem a vantagem do espaço público com base nas práticas demonstradas pelas pessoas na sua vida privada. Outras diabolizam a vida privada e consideram que o essencial é a causa, a missão, esquecendo-se das pessoas que a põem em prática. A meu ver, nem as visões que engrandecem o privado transformando a sociedade num conflito de interesses privados ou num somatório de benefícios privados, nem as visões que transformam em pecado essas mesmas abordagens são realistas ou desejáveis.

Considero que a privacidade foi um benefício desenvolvido ao longo dos séculos. No entanto, pode acabar por suportar ambivalências que a conduzem ao individualismo prático, ético e metodológico. Nas esferas anteriormente analisadas, estas ambivalências manifestar-se-iam do seguinte modo:

a. As motivações do voluntariado podem estar a sustentar um voluntariado situado no horizonte do individualismo utilitarista (que me permite ver o que faço aqui e agora) e do individualismo expressivo (sentir-me e realizar-me), negando a esse horizonte o âmbito da transformação social com as suas inter-relações complexas. Com base nestas perspetivas, «*a participação na política e nas tarefas da comunidade são um incómodo; os outros ou são colegas da vida privada ou estranhos alheios ao nosso estilo de vida.*»[4]

b. As organizações de voluntariado podem transformar-se em pequenas agências que se procuram mais a si próprias do que ao Outro. Para além disso, podem ficar limitadas a grupos onde um determinado número de pessoas partilham interesses diferentes (entre os quais ser voluntário). As organizações assentes neste domínio do íntimo podem acabar por se transformar em *enclaves de estilo de vida*, onde o narcisismo da semelhança é partilhado sem qualquer causa, missão ou trabalho social. Ou então, tornar-se grupos de interesse. Transformámos as organizações numa espécie de clube privado. Face a esta consideração, entendo que a dimensão pública do voluntariado deveria ser encarada como a construção de verdadeiras *Comunidades de memória e resistência* onde partilhamos as nossas pessoas, sem dúvida, mas também uma causa comum que nos lembre quem somos e que nos dê energia para enfrentar o futuro de todos.

(3) García Roca, J. Sal Terrae, 2000. Na minha opinião, a maior qualidade deste trabalho é fazer-nos compreender que dentro do voluntariado existem diferentes cosmovisões, por vezes contraditórias.
(4) Béjar, H. pág. 19.

c. No que se refere à fisionomia moral, as organizações de voluntariado têm a capacidade de mediar e criar pontes. Uma das principais características das nossas sociedades não é a dicotomia público/privado, mas sim o desaparecimento das pontes que existiam entre ambas as esferas. «*O aumento da liberdade individual pode coincidir com o aumento da impotência coletiva, na medida em que as pontes entre a vida pública e privada foram desfeitas ou nem sequer foram construídas*»[5]. Parece que existem duas vidas paralelas, ao modo de Plutarco, que não se tocam até ao infinito. Os voluntários e as organizações têm a capacidade ou, pelo menos, a potencialidade, de funcionar como intermediários entre o privado e o público.

Espero que estas notas e sugestões sirvam para abordar o tema de forma concreta e exemplificativa.

3_ AS PERVERSÕES DO PÚBLICO

HOJE EM DIA, existem retóricas que apresentam um espaço público deformado devido a três perversões muito características. A primeira consiste em confundir a presença pública do voluntariado com o número de vezes que as organizações surgem nos meios de comunicação social. A segunda reduz o público ao nível da administração (seja estatal, autónoma ou local). Não há nada público para além de uma autarquia, um ministério, um governo local ou qualquer outro órgão administrativo. Obviamente, estas entidades são uma parte essencial do âmbito público, mas não o esgotam. Por último, analisaremos uma curiosa transmutação do público enquanto exaltação do privado. Estas perversões serão seguidamente descritas.

3.1_ O PÚBLICO E A PRESENÇA PUBLICITÁRIA

O público não tem a ver com o **aparentar.** Podemos estar todos os dias na televisão, na rádio ou nos jornais, mas a nossa presença não será mais do que uma aparição privada em meios de comunicação. Quando organizamos uma campanha de angariação de fundos (o que em si não é negativo, não condeno tais ações), muito provavelmente não estamos a ter uma presença pública, mas sim publicitária. Estamos a expor um interesse privado, embora se destine a ajudar outros. Podemos criar uma opinião pública associada, porque aparecemos muitas vezes, mas não formamos espaços de deliberação e encontro em conjunto.

(5) Bauman, Z. *En busca de la política.* FCE, 1999, pág. 10. Consultar o Cap. 2 a este respeito.

Nos últimos tempos, tenho falado em diversas ocasiões sobre a presença pública do voluntariado ou outros temas muito próximos. Muitas vezes assisti a discussões sobre a presença das organizações nos meios de comunicação, em congressos, etc. O importante não era a mensagem transmitida, mas sim a mensagem aparente. Em que ordem de intervenção teríamos sido colocados, se para abrir ou encerrar, se antes ou depois do presidente da câmara em funções. Podemos afirmar que, muitas vezes, obtivemos boas audiências, no melhor dos casos uma boa presença publicitária, mas a presença pública foi escassa. Foi impossível criar o âmbito onde surgem as relações especiais entre organizações e pessoas, que iremos designar por âmbito público.

Evidentemente, o âmbito público deve ser dado a conhecer. Não existe âmbito público numa reunião fechada onde ninguém chega a saber o que acontece. Mas outra coisa é reduzir o âmbito público a essa característica. Não podemos pegar numa parte e elevá-la ao todo. *O público deve aparecer, o que é diferente de aparentar.*

3.2_ REDUÇÃO DO PÚBLICO AO NÍVEL ADMINISTRATIVO

Em qualquer diálogo, debate ou conversa de café, é normal surgirem assuntos em torno do desaparecimento do público, de como o público está a decair do ponto de vista das políticas neoliberais e outros assuntos semelhantes. Longe de mim afirmar que tais constatações sociais e políticas não são reais. Contudo, sem nos darmos conta, parece que falamos do âmbito público como uma esfera de relações e de produção de bens que apenas podem ter origem no poder administrativo. Por conseguinte, a presença pública do voluntariado ficaria reduzida à capacidade e à oportunidade de fazer algo em coordenação, relação ou reivindicação perante a administração pública.

Hoje em dia, não se pode, nem se deve, pensar no âmbito público sem a presença do poder administrativo. No entanto, a esfera do público não se limita ao Estado, às autarquias e demais órgãos administrativos. Não é só a partir da gestão pública que se podem gerar esferas de recriação do bem público. Estamos longe de acreditar na conceção hegeliana de que o Estado, com as suas diferentes configurações, encarna a filantropia universal e a sociedade civil o egoísmo infinito. Dispomos de exemplos suficientes de filantropia da sociedade civil (entre as quais se incluiria o voluntariado) e de egoísmo estatal.

As organizações de voluntariado devem ser capazes de estabelecer relações e atos de caráter público, embora a gestão seja privada. Daí a caracterização de Donati, anteriormente mencionada, do voluntariado como privado--social ou privado-público. Tratando-se de organizações privadas, no sentido jurídico e administrativo, os seus objetivos procuram reproduzir um âmbito de produção e recriação de bens e valores públicos[6].

(6) Para os temas a seguir abordados, consultar Bauman, Z., *op. cit.*, pág. 40-57 e 72-81.

Não só a esfera administrada consegue colocar-nos no âmbito público, embora continue a ser essencial a sua participação nas sociedades dos nossos dias.

3.3_ O PÚBLICO COMO ESPAÇO TERAPÊUTICO: A REUNIÃO DE SOLITÁRIOS(7)

Os contextos de incerteza, insegurança e desproteção em que vivemos fazem com que a nossa existência seja ameaçada em todas as direções. Quando falo de existência ameaçada, não me refiro especificamente a uma possível morte física, mas sim a uma perda de sentido, a um desligamento entre a realidade e a verdade, a um esgotamento de critérios que façam com que valha a pena viver a vida. Nestes contextos, recolhemo-nos nas nossas casas para «suportar os nossos medos de forma solitária». Inevitavelmente, acabamos por não conseguir e tentamos evitá-lo através de configurações comunitárias especiais. Trata-se daquilo a que Bauman chama *comunidades cabide:* um grupo que se associa quando surge um cabide que permita pendurar simultaneamente os medos de muitas pessoas. Estes pseudoespaços públicos consistem numa repetição polifónica dos medos individuais, que se traduzem em frases fundamentais como «eu também ou eu mais do que tu». Se muitas pessoas se associarem a este cabide, podemos encarar esta temática como um problema de interesse público, mas nunca surgem condensações nem possibilidades de partilhar os problemas privados em causas comuns. Assistimos a uma exaltação do privado num espaço público e não no âmbito público.

Hoje em dia, os *talk shows* são uma mímica do âmbito público, a exaltação desmedida do privado (incluindo da própria intimidade) em público. Contudo, isso não se traduz em causas comuns de deliberação e ação. Aqui confundem-se o teatro – realizado em público – e a ágora. Na minha opinião, a única causa comum possibilitada pelo Big Brother foi a de falar de si mesmo.

Nas organizações de voluntariado, corremos, pelo menos potencialmente, o risco de nos tornarmos «organizações cabide» e de acreditarmos que, por sermos mais, iremos transformar mais. O fator essencial é a qualidade dos processos e não a sua quantidade, sem no entanto desprezar o aspeto numérico.

(7) Para uma boa reflexão sobre o caráter público das organizações, consultar Revilla, M., *op.cit.,* pág. 27-ss.

4_ O PÚBLICO E O POLÍTICO: RECUPERAR A AÇÃO

4.1_ UMA APROXIMAÇÃO CONCETUAL

A ESFERA pública é «*um espaço – de discurso, institucional ou geográfico – onde as pessoas exercem a cidadania, acedendo, de forma metafórica, ao diálogo sobre questões que afetam a comunidade, a política no seu sentido mais amplo*»[8]. Este diálogo está integrado num espaço real (cara a cara) ou virtual (novas tecnologias da informação), relativo a assuntos (valores, modelos de convivência, urbanismo, meio ambiente, etc.) que afetam todos e que se celebra com publicidade (no sentido de aparecer e não de aparentar, como referíamos anteriormente). Assim, a presença pública do voluntariado está associada à capacidade de aceder a esses espaços de discurso e ação sobre o bem público.

O voluntariado deverá questionar-se sobre a sua presença e as suas possibilidades de aceder aos «*espaços e processos de comunicação sociais abertos, autónomos e politicamente relevantes*»[9] que dão forma à esfera pública.

Na esfera pública criam-se processos de diálogo e comunicação, não por alarido académico nem para valorizar as nossas competências sociais no discurso. Estes processos procuram criar ideais, práticas sociais, modelos de organização eticamente relevantes e espaços de vida em comum. Ou seja, procuram influenciar os processos sociais e políticos em curso. A participação no espaço público confronta-nos diretamente com a prática política. A esfera pública gera relações específicas entre cidadãos, aquilo a que chamamos política no seu sentido amplo. «*O que ocorre na Política não é esta ou aquela relação com os outros, mas sim manter uma determinada esfera de relações à qual chamamos âmbito do público*»[10].

A POLÍTICA *é uma determinada esfera de relações que procuram influenciar de forma intermitente e parcial (não se trata de ostentar o poder) as decisões de caráter público. Portanto, falar de* ***presença pública ou de dimensão política do voluntariado levanta-me a mesma questão.***

(8) Dahlgreen, P. *Television and the public sphere. Citizenship, democracy and the media.* London, Sage, 1995, pág. 9. Citado por Sampedro, V. *Opinión pública y democracia deliberativa.* Istmo, Madrid 2000.
(9) Arato, A. y Cohen, J. *Esfera pública y sociedad civil,* Metapolítica 3 (9), 1999, pág. 37.
(10) Bilbeny, N. *Política sin Estado. Introducción a la filosofía política.* Ariel, 1998, pág. 36.

Poderíamos, sem dúvida, tentar jogar com diferentes cortes conceptuais que nos diriam o contrário. No entanto, este não é o momento para cair em escolasticismos excessivos.

A presença e a participação na esfera pública realçam os dois aspetos fundamentais da política: a deliberação em comum e a decisão. A presença não só procura dialogar, como também influenciar os processos. A política enfrenta o poder de diferente forma e intensidade. Acentuar o processo deliberativo sem a conotação de influência pode transformar-nos em charlatães de feira. Colocar a ênfase na influência sobre o poder sem pensar nos processos de comunicação conduz-nos à revolução totalitária. A recuperação de ambas as tónicas é uma necessidade urgente nas nossas sociedades de democracia representativa, de modo a ir redescobrindo horizontes para uma democracia deliberativa[11].

Por conseguinte, o público é um âmbito ao alcance de qualquer um – essencialmente inclusivo –, onde celebramos a luminosidade de estar juntos e ter direito à palavra (a partir de diferentes espaços e com diferentes intensidades), no qual cada um se encontra na sua absoluta individualidade e autonomia, onde o conteúdo não é o interesse pessoal (embora seja de muitos), mas sim os bens sociais ou públicos. É um espaço onde sobressai a pluralidade e que procura influenciar de forma parcial e intermitente as decisões sobre o bem comum. Este processo deliberativo e de influência nas decisões é realizado através da publicidade. Trata-se de um espaço de aparição que nos desvenda e nos revela perante nós mesmos e a sociedade em geral.

A esfera pública ou do político não pode ser referida no singular. Seria impensável e indesejável falar numa esfera onde todos tenhamos espaço. Mais ainda se pensarmos no mundo globalizado onde coabitamos. De acordo com Victor Sampedro[12], devemos falar em diversas esferas públicas periféricas que se cruzam e entrelaçam com uma esfera pública central (ver gráfico). Estas esferas públicas periféricas procuram influenciar, com diferentes intensidades, a esfera pública central. As esferas públicas periféricas podem ser inumeráveis, temporalmente muito limitadas ou prolongadas no tempo, formadas por muitas ou poucas pessoas ou organizações, etc. Todas se revestem de ambiguidade, precariedade e um constante dinamismo que lhes é inerente para sobreviver.

(11) *Rosales, JMa. Política cívica. La experiencia de la ciudadanía en la democracia liberal. CEPC, 1998. De forma resumida nas pág. 27-44.*
(12) *Sampedro, V. op. cit.*

ESFERAS PERIFÉRICAS

O conteúdo dos referidos discursos e diálogos pode ser gerido ou condicionado pela opinião pública em geral ou pela capacidade que tenhamos para introduzir temas e problemas nessas esferas públicas. Neste sentido, teremos de saber quais as práticas e os meios que geram e dão forma à opinião pública[13], a fim de reconhecer as suas condicionantes e aprender a introduzir debates junto dela.

Como se pode concluir da reflexão anterior, a política está muito longe de ser uma ocupação de profissionais a ela dedicados. É evidente que não a exclui, mas amplia-a. Um dos elementos que mais ofuscou a política nas nossas sociedades foi o desvio de uma atividade de todos, enquanto cidadãos, para a ação de poucos especialistas: os políticos.

4.2_ O PÚBLICO ESPAÇO DA PLURALIDADE

«A CONDIÇÃO *humana é a pluralidade (são os homens e as mulheres que vivem na terra e não o Homem). Esta pluralidade é a condição per quam de toda a vida política*»[14]. Chegamos a um ponto essencial quanto tentamos refletir sobre a presença pública do voluntariado. Esta «essencialidade», este ponto sem o qual não existe espaço público gerado em relações de caráter político, é a pluralidade. O mundo em comum desaparece quando é visto e surge de uma única perspetiva. Qualquer esforço de uniformização, homogeneização, absolutização, em suma, de rutura da pluralidade, significa a morte do público.

(13) Para uma boa sistematização, consultar Victor Sampedro, *op. cit.*
(14) Arendt, H. *La condición humana*. Paidós, 2.ª 1998, pág. 21-22.

Não só falamos da existência de uma pluralidade de valores ou de diferentes hierarquias entre os mesmos, mas também no aparecimento nas nossas sociedades de diversos modos de vida que encarnam os referidos valores e os articulam de forma conflitual. Mais do que isso, costumamos pertencer a diferentes modos de vida consoante os espaços que ocupamos. Precisamos de pensar na filosofia política «*para que nos adequemos a um contexto onde os diferentes ideais de vida coexistem na mesma sociedade e, frequentemente, nos mesmos indivíduos*»[15]. Falar hoje da cidadania é poder reconhecer o nosso caráter de pertença múltipla e, por vezes, contraditória. Beck utiliza o termo «topopoligamia» para descrever os nossos, votos com diversos lugares, pertenças e relações. No nosso caso, não só somos voluntários, como também aderimos a outras associações, trabalhamos, pertencemos a alguma confissão religiosa e militamos num partido político.

A POLÍTICA *surge quando as pessoas ou grupos (a unidade de muitos plurais) jogam com a diversidade. O político surge quando colocamos em ação as relações com outros. Esta identidade plural é, além disso, uma riqueza indiscutível quando decidimos percorrer o espaço público a partir dessas relações especiais a que chamamos políticas.*

5_ O PÚBLICO E A POLÍTICA

ATÉ ao momento, tenho vindo a referir, com alguma insistência, as relações especiais que se mantêm no espaço público e que pertencem à esfera do político. Para além da reiteração, mantém-se uma significativa dose de determinação. Irei, pois, aprofundar novos caminhos para acabar com a reiteração e a obscuridade desejada. A partir destes parágrafos, a opacidade será uma limitação e não uma intenção do autor.

Vou propor uma distinção que me parece fundamental. As esferas de determinadas relações realizadas no âmbito público possuem um «ser» e manifestam-se através de um «fazer ou quefazer». Melhor explicando, este âmbito de relações específico tem características próprias, determinações, um horizonte de sentido ou significado, possui uma determinada anatomia. Não se trata de um qualquer tipo de relações, mas sim de «determinadas relações». É aos aspetos que fundamentam as famosas «relações específicas» que chamo público ou político.

(15) Gray, J. *Las dos caras del liberalismo. Una nueva interpretación de la tolerancia liberal.* Paidós, 2001, pág. 23.

O ESPAÇO *discursivo e deliberativo formado através da publicidade (aparecer) e entre pessoas ou grupos diversos em torno de questões comuns com a intenção de influenciar de forma parcial e intermitente as decisões que nos afetam a todos constitui o âmbito do político ou do público.*

A partir dos aspetos que nos surjam no âmbito do político, é possível criar itinerários, caminhos, sugestões para os colocar em movimento. Estamos no território do fazer, no âmbito do levar a cabo ações e intervenções. A ação política – o fazer político – existe porque há uma esfera do político que a fundamenta e legitima. É a estes caminhos que vamos percorrendo que chamo política. **As ações e intervenções concretas que pomos em prática, com maior ou menor êxito, para conseguir influenciar de forma parcial e intermitente as decisões, pertencem ao território da política.**

É evidente que o público e a política se retroalimentam, se entrecruzam, se recriam e enriquecem constantemente. Seria um erro entendê-los como esferas isoladas que não se tocam. A deliberação e a influência, a reflexão em comum e a ação são duas faces da mesma moeda.

5.1_ O HORIZONTE DO POLÍTICO

CLASSICAMENTE, na filosofia política, foram duas as correntes de pensamento relativas à concetualização do político. Uma faz menção à capacidade da união – diferente de uniformidade – e a outra refere-se à capacidade de conflito que nasce das relações políticas. Sabemos que, etimologicamente, relacionamos política e seus derivados com *Pólis*. A pólis grega não só era a cidade, mas também a forma de dirigir e conviver no seu seio. Não obstante, também podemos estabelecer a relação entre política e seus derivados a *Pólemos*: guerra, luta. Embora a forma de convívio humano seja a essência do político, é também da coexistência que nascem os conflitos. Ambas as perspetivas têm correspondência com uma visão mais realista ou idealista da política. Para mim, ambos os horizontes devem ser integrados numa visão do político idealista-realista. Ou, como muitas vezes repito, um horizonte de realismo tensional ou utópico.

5.1.1_ O POLÍTICO COMO CONFLITO DE PODERES: *PÓLEMOS*

Este horizonte «*implica o reconhecimento da dimensão antagónica do político, razão pela qual a política consiste em domesticar a hostilidade e tentar neutralizar o potencial antagonismo associado a qualquer vida em comum. A política não consiste em relegar o antagonismo, mas sim em pô-lo em jogo com os recursos «agonísticos» oferecidos pela democracia, que deve favorecer o pluralismo. Reconhecendo que esta domesticação é sempre instável, equívoca, precária e temporária*».[16]

Reconhecer que o convívio implica, pelo menos potencialmente, conflitos de pareceres, diversidade de interesses e egoísmos eternos. Nem sempre estamos envolvidos em lutas e discussões, mas temos a potencialidade de o fazer a qualquer momento devido à instabilidade dos equilíbrios. Qualquer problema, por mínimo que seja, pode terminar numa batalha dialética ou na rutura de pactos.

Como adverte Gray, «*a filosofia política europeia foi profundamente marcada pela resistência ao conflito que caracterizou a ética grega. Na cidade, como na alma, o ideal foi de harmonia... É melhor começar por entender porque não é possível evitar o conflito, nem na cidade nem na alma.*»[17]

Vou introduzir um exemplo mais concreto. Muitos de nós estamos em Plataformas de... (completar com o adjetivo ou substantivo desejado). Nelas, dialogando sobre um aspeto da realidade, não existe diversidade de pareceres e todos estamos de acordo. Elaboramos o nosso manifesto, divulgamo-lo e damo-nos por satisfeitos. Podemos pensar que esta Plataforma é que é boa, desejável e funciona da melhor maneira. Num qualquer dia de qualquer ano surge um conflito grave. Os problemas levam-nos a pensar em sair da Plataforma porque já não funciona como dantes. É neste momento que afirmo: é tão boa agora como anteriormente. Só que nos esquecemos que, nas relações políticas, o conflito, que por si só não é desejável, se esconde por detrás de qualquer ato ou omissão. Não devemos eliminar o conflito como algo negativo, mas sim criar caminhos para o minimizar, transformar e aprender com ele. As relações específicas a que chamamos políticas ou públicas baseiam-se em acordos muito instáveis, nos quais o conflito se integra como algo inerente, quanto mais não seja potencialmente.

5.1.2_ O POLÍTICO COMO UM «ESTAR JUNTOS»: *PÓLIS*

De acordo com esta interpretação, o político surge quando as pessoas se juntam para partilhar o discurso e a ação. Esta partilha não significa que todos digam as mesmas coisas e realizem as mesmas ações. Significa que

(16) Mouffe, Ch. *El retorno de lo político. Comunidad, ciudadanía, pluralismo, Democracia radical.* Paidós,1999, pág. 40.
(17) Gray, J., *op. cit.*, pág. 14-15.

o horizonte que procuram criar, conseguir e partilhar é o mesmo. O político é um espaço de união entre as diferenças. «*A política tem a ver com o estar juntos e com o estar uns com vários outros*»[18]. O estar juntos é um poder que permite que cada um se distinga do resto, apesar de estarem unidos pelo mesmo horizonte de sentido. Este poder nunca pode ser substituído pela força, apesar de poder ser eliminado totalitariamente. Não existem políticas totalitárias; o que o totalitarismo faz é negar a possibilidade da política.

Importa salientar que estar juntos não significa a anulação da pluralidade, pois esta é sinónimo de dispersão. Este âmbito do público «*junta-nos e, não obstante, impede-nos de cairmos uns sobre os outros*»[19]. O exemplo que Arendt nos apresenta parece-me ilustrativo: a mesa de refeições. A mesa une-nos a todos em seu redor e dos suculentos pratos que partilhamos. No entanto, a mesma mesa impede que caiamos uns em cima dos outros. Cada um dispõe da distância necessária para ser si próprio sem deixar de estar junto a outros. A mesa é o horizonte que partilhamos, cada um a partir da sua cadeira e do espaço mínimo para pegar no copo ou no garfo.

Penso que podemos fazer múltiplas referências à prática com base no terreno do voluntariado. Em fóruns, reuniões, federações e outras redes, verificamos que o convite para o banquete não nos deixa espaço para pegar no garfo. Vamos como meros espetadores, sem nos podermos mexer, com um guião previamente estabelecido, sem poder aspirar ao estar juntos na distância. Muitas vezes, alegramo-nos por nos convidarem sem termos capacidade para discernir que, nesse convite, são outros os que se sentam e comem os deliciosos manjares por nós. Sem união não existe o público, mas este também não seria possível sem distância e capacidade de autonomia.

É fundamental realçar a questão da autonomia nas redes de presença pública. É tão ineficaz pensarmos em nós como seres e organizações absolutamente autónomos, como sentirmo-nos absolutamente usados por outros. A autonomia política é sempre a encarnação de uma autonomia relacional ou própria. É uma autonomia heterónoma[20].

Por conseguinte, o político terá mais capacidade de criação quanto maior for a mesa. Melhor dizendo, quanto mais mesas – esferas públicas periféricas – existirem na sala com capacidade para partilhar e pôr em jogo os seus alimentos. O político é este espaço público – a sala de jantar – que mostra as diversas mesas a partilhar as suas ações e discursos em conjunto, mas com a devida distância.

(18) Arendt, H. *¿Qué es Política?* Paidós, 1997, pág. 43.
(19) Arendt, H. *La condición humana.* Paidós 2a 1998, pág. 61-62.
(20) Tentei demonstrar esta autonomia em: Mora Rosado, S. *Futuras Políticas de voluntariado. Documentos de Trabajo n.° 13. Plataforma para la Promoción del Voluntariado en España,* 2000.

5.1.3_ PARA UM HORIZONTE INTEGRADOR

O político é definido pela união plural no discurso e na ação. Pela capacidade que tenhamos de definir como queremos viver em conjunto de forma justa e solidária. Ainda assim, estas capacidades têm a peculiaridade de entrarem em conflito, pelo menos em potência. Curiosamente, beneficiar do político implica o contacto com a união e o conflito, a ordem e o caos, o consenso e a dissensão.

O POLÍTICO, *ou o público, é um tipo de relação específico, baseado na ação (pluralidade, discurso, distinção, união, publicidade) e no poder (conflitos, acordos, instabilidade, gradualidade), elementos que não assumem tanta importância noutras relações humanas que se desenvolvem noutros espaços.*

Qualquer pessoa, quando define as suas experiências no âmbito do político, acaba por se tornar um pouco esquizoide, porque o político é-o por essência, por definição. Voltando ao exemplo da Plataforma de... (preencher com a opção desejada). Ao manifestamos a nossa pertença, quantas vezes não o fazemos em termos de absoluta ambiguidade: «sim, mas não». Reconhecemos que a nossa presença é fundamental, mas demonstramos dificuldades. Não sabemos se estamos a perder as referências ao estarmos nestes espaços. Neste sentido, o político cria itinerários de ação – a política –, na qual se integram a estratégia, o longo prazo, a possibilidade de pertencer no que se refere aos outros, mas não a mim. Abordemos, então, a questão dos itinerários.

6_ ESFERAS DE PARTICIPAÇÃO: DA GOVERNABILIDADE À GOVERNANÇA(21)

NOS DIAS DE HOJE, parece existir um certo consenso em afirmar que as experiências sociais não são imputáveis a variáveis simples com nomes e apelidos. Simplesmente ocorrem e, muitas vezes, não conseguimos dar uma explicação concreta, clara e precisa de como ocorreram. O mesmo acontece no terreno da política. Por outras palavras, muitas vezes dizemos que não sabemos quem manda, quem é responsável por esta ou aquela ação. Fala-se de crise de governabilidade como um desvanecimento contínuo na história do «quem manda». Por conseguinte, tornaram-se moda novos termos, neologismos, que procuram retratar esta nova realidade que sentimos e gozamos.

(21) Para esta secção, retirei as ideias básicas de Vallespín, F. *El futuro de la política.* Taurus 2000, pág. 119-139.

Governança (*governance*) é um desses termos que pretendem indicar que existem diversas esferas de poder, consoante o assunto a resolver. Mostra-nos que, nos nossos dias, a figura do leme deve ser substituída pela do timoneiro. Este varia conforme o âmbito que se queira abordar. A crise de governabilidade (de quem controla o leme) passou a ser a experiência da governança: como controlamos os timoneiros. «*Perante a ideia da soberania para o exterior e da hierarquia para o interior, começa a ganhar forma uma imagem bem distinta: uma certa desagregação, descentralização e delegação institucional; uma estrutura reticular cada vez mais densa e complexa de dependências e relações de colaboração e negociação com todo um conjunto de interesses sociais...*»[22]

Apresento de seguida três âmbitos de governança (ou de participação de timoneiros) relacionados entre si, mas com alguma independência, no intuito de demonstrar as virtualidades que representam para nós na atualidade.

_ **Governança da administração política:** Existe um espaço (nas nossas sociedades atuais, as chamadas democracias ocidentais) em que os timoneiros são mais concretos e claros. É um espaço que pode ser definido como «legalidade vigente». Ou seja, existem assuntos em relação aos quais os timoneiros devem responder a um processo concreto legitimado e aprovado. Estes ocupam-se de uma série de assuntos nos quais só é possível participar a partir dessa formalidade jurídica. Refiro-me à lei e ao Parlamento ou Parlamentos (e suas outras denominações a nível autónomo). Nesta esfera, a nossa expressão máxima continua a ser o voto. Este não é negligenciável e é um exercício que devemos regenerar e potenciar nas nossas sociedades. Por outro lado, estão as iniciativas de pressão junto dos poderes constituídos que nos governam.

Apresentemos exemplos concretos. Enquanto voluntários ou membros de organizações de voluntariado, independentemente da modalidade, ou enquanto cidadãos, não temos capacidade de votar no parlamento ou parlamentos. As leis são aprovadas sem que possamos intervir. No entanto, as pessoas que votam nessas leis foram eleitas por nós através da formalidade democrática do voto. Para além disso, aquando da discussão dessas futuras leis, podemos exercer o nosso direito de exercer pressão mediática e popular. Ou seja, é um espaço político fortemente dominado pelo administrado: responde a um processo concreto de votação, promulgação de leis, etc. Um espaço no qual não temos uma intervenção direta, mas sim indireta, embora de vital importância e nada negligenciável.

(22) Vallespín, F. *op. cit.*, pág. 138.

Como anteriormente referido, compete-nos «educar cidadãos e não formar voluntários». Apesar do tom provocatório, a frase começa a adquirir cada vez mais sentido. Quando alguém exerce o seu direito ao voto, fá-lo enquanto cidadão e não como voluntário. Pois bem, o voto dessa pessoa tem importância para o futuro de todos e, em especial, para o futuro das pessoas excluídas do mais básico bem-estar. Daí a referência à educação para a cidadania. Podemos encontrar pessoas voluntárias de primeira categoria, com formação em intervenção intercultural, fluentes em catorze línguas e com muito tempo livre (ativas no programa de imigrantes), mas a quem é indiferente a votação da lei de estrangeiros. Pode dar-se o caso de o nosso voluntário de luxo não estar preocupado com a pressão política eventualmente existente com vista a alterar ou derrogar partes do novo regulamento, ou de nem sequer lhe ocorrer participar em diferentes reuniões, manifestações ou outras medidas de pressão.

Não existe nenhuma lei do voluntariado que estipule a obrigação de votar e a importância de assistir a eventos. Evidentemente, não poderia ser de outra maneira, mas é possível e desejável educar para a cidadania a partir de um âmbito concreto como o voluntariado.

_ **Governança com a administração política:** Hoje em dia, a maioria das questões transforma-se em espaços de governança com a administração política. Levanta-se também a questão da capacidade de negociação ou de repartição de poderes. A administração política passa a ser uma administração catalítica que depende da sua capacidade de negociação, diálogo, etc.

É a esfera mais complexa, porque a administração política pode acabar por utilizar as suas pressões e capacidades de dispersão. Como exemplo recente, temos o Conselho de Cooperação e a participação de diversas organizações especificamente designadas. Um espaço de coparticipação política como o Conselho de Cooperação, com os seus defeitos, esfumou-se devido à intervenção dispersante da administração e ao consentimento de algumas organizações de voluntariado. Apesar de ser a esfera mais complexa, deve também ser das mais produtivas.

Nós, que já vivemos alguns anos, conseguimos recriar-nos a partir das ações em bairros e associações numa permanente luta contra a administração que, por sistema, o fazia de forma errada e era diabólica. Esta anarquia frívola impossibilitava-nos de criar espaços criativos e proativos com a administração. Esta acabava por funcionar quase exclusivamente como fonte de financiamento. Hoje em dia, as coisas mudaram mais na teoria do que na prática. Existem mesas,

fóruns, uniões de facto e uniões de direito, mas não encontrámos as chaves necessárias para essas relações de união e conflito. Entre outras coisas, falamos da nossa falta de liberdade por diversas razões (uma delas a económica).

NO POLÍTICO, *não tentamos ser amigos e colegas, procuramos sim a capacidade de ação e de discurso. Por isso, nem sempre conseguimos entender as afirmações exclusivas: ou digo sim a tudo ou saio por motivos de coerência. O estar juntos não é ter a mesma opinião, mas sim ter a capacidade de afirmação e negação.*

O desafio do futuro deverá escrutinar princípios de ação com base na cooperação-conflitual ou no conflito-cooperador[23], dando origem a ações de contestação criadora e libertadora. «*Descobrindo modos de realismo utópico que gerem possibilidades de transformação, sabendo que estes modos terão pouco impacto prático se não estiverem ligados às potencialidades latentes na sociedade*»[24]. A ação de denúncia e reação perante o instituído, por muito intensa e aparatosa que seja, não solucionará nada, a não ser que se faça acompanhar de propostas de caráter afirmativo e dentro do âmbito do realismo utópico estabelecido. Do mesmo modo, por muito vasta que seja a colaboração com o instituído e por excelentes que sejam os números e os festivais, nada mudará se não estiver associada à denúncia e ao clamor.

_ **Governança sem a administração política:** Há um espaço na nossa vida em comum de que não depende diretamente o estar contra ou a favor da administração política. É um espaço no qual os cidadãos e, neste caso, as organizações e os voluntários, têm uma capacidade ilimitada para criar. Aquilo em que acreditam terá uma vertente associada à administração política, mas também terá impacto sobre as próprias organizações e os seus membros.

Trata-se de espaços que, por vezes, funcionarão como atenuante perante a injustiça vigente. Outras vezes, constituirão esferas de diálogo destinadas a esclarecer e tecer redes para sair do labirinto. Poderão corresponder a âmbitos grandes, pequenos ou locais. Acomodarão diferentes modos de organização, desde reuniões virtuais a refeições informais. No entanto, para se poder falar de espaços de presença pública, devem ser espaços plurais, não uniformes, espaços onde se partilhe o horizonte e não a identidade plena – como se tal existisse –, espaços nos quais estamos dispostos a ser mais um e não «o mais» (importante, capaz, razoável...).

(23) Mora Rosado, S., *op. cit.*
(24) Giddens, A. *Consecuencias de la Modernidad,* Alianza editorial, 1994, pág. 145 e ss.

Creio que na Plataforma podemos referir como exemplo recente o Código Ético das Organizações de Voluntariado. Trata-se de um enquadramento que criámos para nós próprios, realizado e elaborado sob uma perspetiva de «estar juntos com distância», publicitado, plural e não isento de conflitos. Outro exemplo surgiu no âmbito do projeto de lei da administração pública, através da formação de um grupo de organizações, sindicatos e associações juvenis que refletiram, se enriqueceram e influenciaram uma determinada proposta. Este grupo continua a funcionar como fórum cívico, destinado a criar espaços plurais de diálogo e de reflexão sobre políticas concretas. Nos nossos dias, é essencial que, desde o nível local ao internacional (um exemplo paradigmático é o Fórum de Porto Alegre), criemos espaços onde cada um, com base nas suas virtualidades, possa partilhar o terreno que pisa e por que anseia, possa sonhar e trazer para o quotidiano a ideia de «que outro mundo é possível», porque em pequenas doses é uma realidade.

O voluntariado está a viver uma época que parece encaminhar-se para uma modernização encarada como estrutura de gestão[25]. Como devemos organizar-nos de forma efetiva, como formar os voluntários, como otimizar as ações que levamos a cabo. São, sem dúvida, resultados que não devemos desdenhar através da diversidade de pontos de vista. A nossa sociedade precisa, pois, de espaços que regenerem o âmbito público a partir da ação e do discurso. A partir da regeneração de debates sobre valores, sobre o bem comum, sobre as injustiças que proliferam nas nossas sociedades. Espaços de ação e de realização que nos façam voltar a olhar para o espaço público como um âmbito de formação do nosso caráter enquanto cidadãos.

(25) Basta ler o 11.º Plano Nacional do Voluntariado.

7_ AS ORGANIZAÇÕES DE VOLUNTARIADO COMO EXPRESSÃO DE CIDADANIA POLÍTICA

CONSIDERAR a sociedade onde vivemos como estando formada por um espaço público desabitado, com uma visão negativa da política, com democracias formais instituídas e escassos níveis de participação política, deve levantar interrogações àqueles que pertencemos, em maior ou menor medida, ao mundo do voluntariado. Como afirmei no início destas reflexões, penso que o voluntariado possui potencialidades para contribuir com dinamismos e processos políticos para as nossas sociedades. Ainda assim, esta afirmação coloca-nos perante ações que devemos implementar no sentido de uma expressão de cidadania política. Estas serão sempre definidas pela nossa capacidade educativa, enquanto pessoas e organizações, para apresentarmos as nossas propostas de forma plausível e provocadora.

_ Se reclamarmos maiores quotas de participação política, devemos questionar a participação dos voluntários nas nossas organizações.

_ Se entendermos que a sociedade não é capaz de potenciar uma educação para a cidadania, devemos questionar-nos que itinerários educativos estamos a criar no sentido de constituir uma cidadania participativa.

_ Se rejeitarmos o interesse particular como única energia de motivação social, dando espaço à solidariedade e à gratuitidade, ver-nos-emos obrigados a desenvolver processos comuns sem benefícios particulares.

_ Se considerarmos que os nossos vizinhos assistem impassivelmente ao sofrimento alheio, a sensibilização apaixonada será um objetivo prioritário nas nossas agendas.

_ Se compreendermos que a pertença múltipla no campo do político é desejável, potenciaremos nos nossos processos educativos a integração em diferentes esferas de participação, mais do que impô-las «de corpo e alma» na nossa organização.

Todas estas condicionantes permitir-nos-ão entrar em espaços complexos, mas humanamente ricos e generosos.

A realidade política mergulha-nos numa tarefa interminável que requer reflexão e ação, protestos e propostas, gritos amargos e canções harmoniosas. No entanto, requer, antes de mais, testemunhos humildes de organizações e pessoas que acreditem que a justiça é desejável e possível no nosso mundo, porque «existe outro mundo neste mundo onde tanto custa viver».

II.
CONTEÚDO PRÁTICO

1_ UM OLHAR SOBRE NÓS MESMOS

a) Objetivos:

_ Analisar e analisarmo-nos nas nossas continuidades ou descontinuidades entre moral privada e pública.

_ Refletir, dialogar e chegar a consenso sobre o modelo que consideramos mais desejável.

b) Desenvolvimento:

_ Analisar o quadro proposto (secção 2.c, pág. 20).

_ Lê-lo e discuti-lo entre todos.

_ Na medida do possível, ir colocando os comentários de voluntários que corroborem cada uma das afirmações do quadro. Por exemplo:

LIBERAL	
CONSERVADORA	«Sou tão fantástico na minha casa, com os meus irmãos, que não posso deixar de ser bom na minha vida pública».
COLETIVISTA	
PÓS-MODERNA	
INTEGRADA	

_ Uma vez terminado o exercício de memória e criatividade, refletir sobre a nossa caracterização e as nossas propostas.

2_ UM OLHAR SOBRE O PÚBLICO

a) Objetivos:

_ Refletir sobre os modelos de esfera pública referidos no texto como perversos (capítulo 3).

b) Desenvolvimento:

_ Recolher diferentes recortes da imprensa diária (jornais nacionais, locais, diários desportivos, revistas cor-de-rosa).

_ Distribuí-los aleatoriamente entre os participantes (formar grupos se forem muitos).

_ Observar e assinalar como retratam o voluntariado, as ONG, etc. em relação à publicidade (seria importante descobrir algum anúncio de uma organização). O estatal é apresentado como a única dimensão pública possível? Como é retratada a intimidade das pessoas?

_ Que sentimentos nos provocou esta leitura orientada da imprensa? Que possibilidades em relação à presença pública apresenta o material lido e pesquisado?

3_ OS NOSSOS ITINERÁRIOS DE AÇÃO?

a) Objetivo:

_ Analisar a nossa presença política enquanto cidadãos, pessoas e organizações.

_ Descobrir futuros itinerários de ação a partir das organizações e da nossa vida quotidiana.

b) Desenvolvimento:

_ Elaborar um quadro com os três caminhos descritos no texto (capítulo 6).

GOVERNANÇA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		GOVERNANÇA COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		GOVERNANÇA SEM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
PESSOAL	ORGANIZAÇÃO	PESSOAL	ORGANIZAÇÃO	PESSOAL	ORGANIZAÇÃO

_ Esclarecer o significado de cada uma das secções do quadro.

_ O participante deve anotar em cada secção as intervenções efetuadas a nível pessoal e da sua organização.

_ Dialogar sobre todas as respostas e divulgar as diferentes iniciativas comentadas.

_ Foram dadas mais respostas a nível pessoal ou das organizações? Que secção foi mais preenchida? Porquê?

_ Como deveríamos enfrentar a realidade das nossas organizações para «ter uma maior presença em cada secção»?

III.

UM VOCABULÁRIO PARA NOS ENTENDERMOS MELHOR

_ Remeto para o Código Ético das Organizações de Voluntariado para a definição do que entendo por: **organizações de voluntariado** e **objetivos das organizações de voluntariado.**

_ **Individualismo utilitarista**: Cosmovisão que enfatiza a utilidade, o mensurável e quantificável como motor principal da atuação dos indivíduos. A vida humana é considerada como um esforço individual para obter o próprio interesse. Caracteriza-se pela autossuficiência do sujeito.

_ **Individualismo expressivo**: Realça o desenvolvimento pessoal, o sentimento e a autorrealização. Sentir-se bem é o credo que fundamenta qualquer presença. Considero que o núcleo íntimo de cada pessoa é um sentimento que deve ser expressado e desenvolvido.

_ **Bem público ou comum**: Aquilo que beneficia e é formado pelo conjunto da sociedade. Vai desde uma série de serviços (públicos) aos valores partilhados. Não pretende referir-se principalmente ao conjunto dos benefícios privados. Por vezes, é citado como bem da coletividade ou seus sinónimos.

_ **Esfera pública**: Espaço de comunicação, discurso e diálogo aberto e essencialmente inclusivo. Tem caráter plural, publicitado, e diz respeito a assuntos que afetam a comunidade.

_ **Público ou político**: Espaço discursivo e deliberativo formado através de publicidade (aparecer) e entre pessoas ou grupos diversificados em torno de questões comuns e com a intenção de influenciar de forma parcial e intermitente as decisões que afetam a coletividade.

_ **Política**: As ações e intervenções que pomos em prática – com maior ou menor êxito – para conseguir influenciar de forma parcial e intermitente as decisões.

_ **Governança**: Neologismo que procura sugerir uma nova configuração do poder menos hierárquica e mais plural e polifónica. A figura de um leme é substituída pelo controlo dos timoneiros.

IV.
BIBLIOGRAFIA COMENTADA

BÉJAR, H., *El mal samaritano. El altruismo en tiempos de escepticismo*. Anagrama, 2001.

_ É um livro de leitura rápida e simples que analisa os motivos que nos levam a ser altruístas ou solidários. Demonstra três linguagens que descrevem os motivos da ajuda: individualista, cristã e cívica. Questiona se o voluntariado implica um ressurgir da política e do espírito de cidadania. A sua proposta acaba por ser uma aposta na linguagem do republicanismo – cívico – como forma de fazer surgir esse espírito. Aproxima-se do nosso tema no que toca à linguagem dos motivos.

GARCÍA ROCA, J., *En tránsito hacia los últimos. Crítica política del voluntariado.* Sal Terrae, 2001.

_ O autor, conhecedor como poucos do mundo do voluntariado, desenvolve a dimensão política deste último. Propõe quatro universos políticos do voluntariado (conservador, neoliberal, social-democrata e nova esquerda) e analisa-os com base em diversas variáveis. A título de epílogo e de forma menos sistemática, propõe o percurso que deveria ser percorrido pelo voluntariado. A meu ver, a sua principal virtude é o facto de nos mostrar como existem diferentes correntes ou universos políticos do voluntariado e a sua repercussão nas práticas e modalidades de presença. Uma leitura obrigatória.

FALCÓN, E., *Dimensiones políticas del voluntariado.* Cuadernos Cristianismo y Justicia. Barcelona, 1997.

_ Uma das primeiras reflexões sobre a dimensão política do voluntariado em Espanha. Os seus pontos de vista têm uma forte afinidade com os novos movimentos sociais e respetivos procedimentos. É um clássico de leitura fácil e muito sugestiva.

REVILLA, M. (edt), *Las ong y la política*. Istmo, 2002.

_ Livro formado por uma coletânea de artigos que tocam aspetos tão diversos como a opinião pública e a visibilidade das ONG, a participação política das mesmas, as redes transnacionais, as relações sociais, etc. Destaca-se pela variedade de temáticas que giram em torno de um fio condutor que nos introduz concetualmente através de exemplos do mundo da política e das ONG.

FICHA TÉCNICA

Título Original
PRESENCIA PÚBLICA DEL VOLUNTARIADO
HACIA UNA RECONSTRUCCIÓN DE ESCENARIOS PARTICIPATIVOS
Colección A Fuego Lento

Autor
Sebastián Mora Rosado

Edição Original
Plataforma del Voluntariado de España

Edição Portuguesa
Fundação Eugénio de Almeida

© Desta Edição
Fundação Eugénio de Almeida

Tradução
Sintraweb, Informática e Serviços, Lda.

Design Gráfico
MindImage Design, Lda.

Impressão
OndaGrafe - Artes Gráficas

Tiragem
1000 exemplares

ISBN
978-972-8854-56-0

Depósito Legal
351404/12

Novembro 2012

07

PRESENÇA PÚBLICA DO VOLUNTARIADO

A ação voluntária depara-se frequentemente com as limitações da ação concreta e imediata. A ajuda e a assistência pessoal são positivas por si só, mas o voluntariado deve apontar para um horizonte político onde seja possível promover e atuar abertamente no sentido de melhorar as condições de vida daqueles a quem coube a pior parte desta nossa sociedade da satisfação. O itinerário educativo do voluntariado ficaria incompleto se não fosse explicitada a sua presença pública.

Eugénio de Almeida
FUNDAÇÃO
EUGÉNIO
DE ALMEIDA